



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2015/122433-1
JUCERJA
3330029179-2

20 abr 2015 14:19
Guia: 101510124

Atos: 980

CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A

Cumprir a exigência no
mesmo local da entrada.
ULT. ARQ.: -

Junta » Calculado: 459,00
DNRC » Calculado: 0,00

HASH: A15041224331S
Pago: 459,00
Pago: 0,00

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)

CÓDIGO DA NATUREZA
JURÍDICA

Nº DE MAT
AUXILIAR

33300291792

(vide Tabela 1)



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A

Nire: 33.3.0029179-2

Protocolo: 00-2015/122433-1 - 20/04/2015

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM

E DATA ABAIXO.

22/04/2015, E O REGISTRO SOB O NÚMERO

NOI

ED33000614-1/000
DATA: 22/04/2015

Bernardo F. S. Berwanger
SECRETÁRIO GERAL

DO RIO DE JANEIRO

A.

1889056
12011 a V. S.º o deferimento do seguinte ato.

Nº DE CÓDIGO CÓDIGO
VIAS DO ATO DO EVENTO QTDE. DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

980				Registro de Escritura de Debentures

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Rio de Janeiro

Local
17/4/15
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: Pedro C. M. E. Sanglard

Assinatura: *Pedro Sanglard*

Telefone de contato: 21321477

12 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

6.º T.

Processo em ordem.
A decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Presidente da

Turma

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES:

FORTAN GRÁFICA

REF: 311

AUTORIZAÇÃO ABIGRAF Nº 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A

Nire: 33300291792

Protocolo: 0020151224331 - 20/04/2015

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 22/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 0C596066776EC10CC02CF5A402BE477D21CAE2967F3D50DBA063F484F7D575D5

Arquivamento: ED33000614-000/1

Bernardo F. S. Berwanger
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1889957

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL,
PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CASA & VÍDEO
RIO DE JANEIRO S.A.**

ENTRE


CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.
como Emissora

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

**DATADO DE
10 DE ABRIL DE 2015**

TEXT_SP 9658002v2 5043/31


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A
Nire: 33300291792
Protocolo: 0020151224331 - 20/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C596066776EC10CC02CF5A402BE477D21CAE2967F3D50DBA063F484F7D575D5
Arquivamento: ED33000614-000/1



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora:

A. CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Riachuelo, nº 243, 3º andar, Parte, Centro, CEP 20230-011, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.114.284/0001-63, com seus atos constitutivos registrados sob o NIRE 33.3.0029.179-2 perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

Como agente fiduciário representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente), que será objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição ("Emissão" e "Oferta", respectivamente, podendo ser genericamente referidas simplesmente como "Oferta"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações" e "Instrução CVM 476", respectivamente):

B. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304 – Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, com seus atos constitutivos registrados sob o NIRE 33.3.00014373 perante a JUCERJA, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário" que, em conjunto com a Emissora, as "Partes" ou, individualmente, "Parte");

Vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:



Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Oferta e a celebração da presente Escritura de Emissão serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 10 de abril de 2015 (“AGE”), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Oferta, bem como de seus termos e condições; (b) a concessão da Garantia (conforme definido abaixo) pela Emissora em favor dos Debenturistas, no âmbito da Emissão; e (c) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

2.1. A Oferta será realizada com observância dos requisitos abaixo:

2.1.1. Arquivamento e Publicação

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na JUCERJA e publicada no (a) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, e (b) no jornal Diário Comercial, nos termos dos artigos 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Inscrição e Registro da Escritura de Emissão

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCERJA, de acordo com o disposto no inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora enviar 1 (uma) via original da Escritura de Emissão e, conforme seja o caso, de seus eventuais aditamentos, ao Agente Fiduciário após suas respectivas inscrições na JUCERJA em até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da data de obtenção do registro.

2.1.3. Constituição da Garantia

2.1.3.1. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e da Cláusula 4.10 abaixo, a Garantia (conforme definido abaixo) será devidamente constituída previamente à subscrição das Debêntures, nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos da localidade de cada uma das partes, nos termos do Contrato de Garantia (conforme definido abaixo).

2.1.4. Dispensa de Registro na CVM



2.1.4.1. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição.

2.1.5. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.5.1. Nos termos do artigo 1º, parágrafos 1º e 2º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor (“Código ANBIMA”), a Oferta será registrada perante a ANBIMA apenas para os fins de envio de informações à sua base de dados, desde que sejam expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA nesse sentido até o encerramento da Oferta perante a CVM.

2.1.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.6.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.8.6 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

Cláusula Terceira - DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social o comércio de móveis, estruturas metálicas e mesas para eletrodomésticos e afins, ventiladores de teto, eletrodomésticos, jogos e aparelhos eletrônicos, representação comercial de produtos de terceiros, distribuição de produtos próprios e de terceiros, agenciamento de serviços executados por terceiros, comercialização e/ou serviços de locação de jogos, brinquedos, vídeo games, discos, fitas, aparelhos de comunicação, aparelhos de reprodução de som, bebidas, imagens e programas, compra e venda de produtos usados, constantes do objetivo social da Emissora, comércio de artigos de esporte e camping, perfumaria, bazar, bomboniere, produtos de decoração, prestação de serviços de informática, comércio de produtos de informática, computadores e periféricos, *softwares* e *hardwares*, artigos para estética e beleza, produtos dietéticos,



utilidades e produtos embalados, jogos recreativos, assistência técnica dos produtos comercializados pela Emissora, instalação de aparelhos eletrodomésticos e comércio de peças de reposição utilizadas na assistência técnica, compra, venda e locação de imóveis próprios, prestação de serviços de suporte e assessoria nas áreas administrativa, comercial, financeira e propaganda e publicidade, loja de departamentos, manutenção e assistência técnica de aparelhos de telecomunicação, montagem e instalação de máquinas, aparelhos e equipamentos, reparação de máquinas, aparelhos domésticos, comércio de aparelhos médico-hospitalares, livraria, agente credenciada de telefonia celular, agenciamento de serviços fotográficos, gravações sonoras, agente credenciada de telefonia fixa, atuar na intermediação comercial, atuar como estipulante de seguros em geral, produtos vitamínicos, suplementos alimentares, bebidas, xaropes concentrados, sucos, refrigerantes, águas, oficinas de reparação para uso exclusivo da própria Emissora, depósito para uso exclusivo da própria Emissora e de serviços de cobrança e fabricação de produtos derivados de cacau e de chocolates.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Para todos os fins, esta é a 6ª (sexta) emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Montante Total da Emissão

3.4.1. O montante total da Emissão será de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 25 (vinte e cinco) Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º ao 3º (parte), e 4º e 5º andares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e o escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida



Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário"). O Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por meio de deliberação dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) e respectivo aditamento à presente Escritura de Emissão.

10/9

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da presente Emissão serão destinados: (a) à realização de investimentos relacionados à expansão do número de lojas da Emissora; e (b) à melhoria da tecnologia utilizada pela Emissora para a consecução do seu objeto social.

3.8. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), nos termos do "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da 6ª (Sexta) Emissão da Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A." ("Contrato de Distribuição"), tendo como público alvo Investidores Qualificados (conforme definido abaixo).

3.8.2. Somente investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409") e do artigo 4º da Instrução CVM 476 (em conjunto, "Investidores Qualificados"), poderão adquirir Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 15, da Instrução CVM 476.

3.8.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão: (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.8.4. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.



3.8.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (a) a Oferta não foi registrada perante a CVM, (b) a Emissão será registrada perante a ANBIMA apenas para os fins de envio de informações à sua base de dados, desde que expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA nesse sentido até o encerramento da Oferta perante a CVM, (c) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável, nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição, e (d) concorda expressamente com todos os termos e condições da Emissão, conforme descritos nesta Escritura.

3.8.6. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476.

3.8.7. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.8.8. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.8.9. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até 1 (um) Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.8.10. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476 e desta Escritura de Emissão.



3.8.11. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.8.12. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

127

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Data de Emissão

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 13 de abril de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.3. Prazo e Data de Vencimento

4.1.3.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de abril de 2019 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e as demais hipóteses de resgate antecipado total previstas nesta Escritura de Emissão, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão. Na ocasião de vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) das Debêntures, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) e, se for o caso, dos Encargos Moratórios e Multa (conforme definido abaixo), ambos calculados na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

4.1.4. Forma e Emissão de Certificados

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.



4.1.5. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP.

4.1.6. *Conversibilidade*

4.1.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7. *Espécie*

4.1.7.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, conforme garantia descrita na Cláusula 4.10 abaixo.

4.1.8. *Participação nos Lucros*

4.1.8.1. As Debêntures não farão jus à participação nos lucros da Emissora.

4.2. **Subscrição e Direito de Preferência**

4.2.1. Observado o disposto nos artigos 7-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo a partir do início de sua distribuição, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Preço de Subscrição"). As Debêntures poderão ser subscritas, a partir da data de início da distribuição até o término do prazo de colocação, em observância ao Plano de Distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição, bem como as disposições da Instrução CVM 476.

4.2.2. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.3. **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.



4.4. Atualização do Valor Nominal

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.5. Remuneração

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) das Debêntures, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa ou spread de 3,00% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”).

4.5.1.2. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data do seu efetivo pagamento, que irá ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

4.5.1.3. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J	valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
Fator Juros	Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de <i>spread</i> calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



1889967

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

153

onde:

FatorDI produtório das Taxas *DI-Over*, da data de início do Período de Capitalização até a data de cálculo da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n número total de Taxas *DI-Over* consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa *DI-Over* de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa *DI-Over* de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 3,0000 (três inteiros);

DP É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento. 16/2

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.5.1.4. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizada a última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, permanecendo,



como fator de correção das Debêntures, a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.1.7. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas:

- (a) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem qualquer tipo de ônus, sobretaxa pelo resgate antecipado, multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão (conforme definido abaixo) eventuais Encargos Moratórios e Multa, conforme aplicáveis. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente;
- (b) a Emissora deverá apresentar um cronograma de amortização da totalidade das Debêntures, o qual não excederá a Data de Vencimento e o prazo de amortização previsto nesta Escritura de Emissão. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida dentre três índices utilizados no mercado financeiro para remuneração do investimento em renda fixa, se houver, ou a exclusivo critério dos Debenturistas, caso não haja parâmetro para a nova remuneração, por deliberação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme estabelecido na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, prevalecendo a taxa que tiver o maior número de votos dos Debenturistas presentes. A taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI.



1889970

4.5.1.8. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso nesta Escritura de Emissão, entende-se por "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

4.5.1.9. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.5.2. *Período de Capitalização*

4.5.2.1. Define-se período de capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.5.3. *Saldo do Valor Nominal Unitário*

4.5.3.1. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após a realização de amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão.

4.5.4. *Pagamento da Remuneração*

4.5.4.1. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e das demais hipóteses de resgate antecipado total previstas nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente pela Emissora, a partir da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 13 de maio de 2015 e, o último, na Data de Vencimento (cada data de pagamento, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.6. **Repactuação**

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. **Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário**

4.7.1. O Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 37 (trinta e sete) parcelas mensais iguais e consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 13 de abril de 2016, conforme detalhamento feito na tabela abaixo, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das Debêntures e das demais hipóteses de resgate antecipado total previstas nesta Escritura de Emissão:

Nº da Parcela	Data da Amortização	Percentual sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures
1	13 de abril de 2016	2,7027%
2	13 de maio de 2016	2,7027%
3	13 de junho de 2016	2,7027%
4	13 de julho de 2016	2,7027%
5	13 de agosto de 2016	2,7027%
6	13 de setembro de 2016	2,7027%
7	13 de outubro de 2016	2,7027%
8	13 de novembro de 2016	2,7027%
9	13 de dezembro de 2016	2,7027%
10	13 de janeiro de 2017	2,7027%
11	13 de fevereiro de 2017	2,7027%
12	13 de março de 2017	2,7027%
13	13 de abril de 2017	2,7027%
14	13 de maio de 2017	2,7027%
15	13 de junho de 2017	2,7027%
16	13 de julho de 2017	2,7027%
17	13 de agosto de 2017	2,7027%
18	13 de setembro de 2017	2,7027%
19	13 de outubro de 2017	2,7027%
20	13 de novembro de 2017	2,7027%
21	13 de dezembro de 2017	2,7027%
22	13 de janeiro de 2018	2,7027%
23	13 de fevereiro de 2018	2,7027%
24	13 de março de 2018	2,7027%
25	13 de abril de 2018	2,7027%
26	13 de maio de 2018	2,7027%
27	13 de junho de 2018	2,7027%



28	13 de julho de 2018	2,7027%
29	13 de agosto de 2018	2,7027%
30	13 de setembro de 2018	2,7027%
31	13 de outubro de 2018	2,7027%
32	13 de novembro de 2018	2,7027%
33	13 de dezembro de 2018	2,7027%
34	13 de janeiro de 2019	2,7027%
35	13 de fevereiro de 2019	2,7027%
36	13 de março de 2019	2,7027%
37	Data de Vencimento	Saldo Devedor

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (a) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (i) na sede da Emissora ou do Banco Liquidante; ou (ii) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante até 15 (quinze) Dias Úteis (conforme definido abaixo) antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.1.2.1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário e/ou pela Emissora.



4.8.1.2.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.8.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Banco Liquidante ou o Escriturador Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.8.2. *Prorrogação dos Prazos*

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

4.8.3. *Encargos Moratórios e Multa*

4.8.3.1. Sem prejuízo da Remuneração e independente dos prazos de cura mencionados na Cláusula 4.13.1, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios e Multa").

4.8.4. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios e Multa no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo pagamento.

4.9. **Publicidade**

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOERJ e no jornal Diário Comercial, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas



as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

4.9.2 Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de alteração do jornal de publicação.

4.10. Garantia

4.10.1. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de toda e qualquer obrigação, principal ou acessória, presente ou futura, relativa às Debêntures, devida pela Emissora aos Debenturistas, a Emissora transferirá, em cessão fiduciária em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade resolúvel e a posse indireta, em conformidade com o disposto no Artigo 1.361 e seguintes do Código Civil e nos termos do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada: (a) da parcela dos direitos creditórios de titularidade da Emissora, principais e acessórios, presentes e futuros, decorrentes de operações financeiras com cartão de crédito e débito da bandeira Visa e Visa Electron referentes a aquisições performadas de bens e/ou serviços da Emissora identificadas no Contrato de Garantia (conforme termo definido abaixo) ("Direitos Creditórios"); e (b) da parcela dos direitos creditórios da Emissora decorrentes da titularidade da conta vinculada em que serão depositados os Direitos Creditórios, não movimentável pela Emissora, mantida junto ao Itaú Unibanco S.A., bem como de todos os recursos, investimentos e aplicações financeiras decorrentes de, ou vinculados à, referida conta vinculada, observado que o valor dos Direitos Creditórios performados deverá corresponder, durante toda a existência das Debêntures, a 43% (quarenta e três por cento) do saldo devedor das Debêntures ("Garantia").

4.10.2 Os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, neste ato declaram-se cientes e concordam que referido ônus real será estruturado e constituído de forma complementar ao ônus real já existente sobre determinados direitos creditórios de titularidade da Emissora decorrentes de operações financeiras com cartão de crédito e débito da bandeira Visa e Visa Electron, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia (Recebíveis de Cartão de Crédito)" celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Itaú BBA S.A. em 5 de agosto de 2013 e aditado em 6 de setembro de 2013, no âmbito da 4ª (quarta) emissão pública de debêntures da Emissora ("Contrato de Garantia Original"), mediante a celebração de um aditamento ao Contrato de Garantia Original ("Aditamento ao Contrato de Garantia Original") e, em conjunto com o Contrato de Garantia Original, simplesmente ("Contrato de Garantia"), no qual passarão a



1889975

constar as novas obrigações garantidas nos termos desta Escritura de Emissão e o fluxo mínimo de Direitos Creditórios que, somado ao fluxo já existente no Contrato de Garantia Original, deverá ser mantido e observado durante toda a existência das Debêntures.

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. É facultado à Emissora, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.6 acima, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido, bem como o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (c) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora, nos termos desta Cláusula 4.11.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo Total, Amortização Extraordinária e Oferta de Resgate Antecipado


4.12.1. As Debêntures poderão, a qualquer tempo, ser amortizadas extraordinariamente parcialmente ("Amortização Extraordinária"), ou facultativamente resgatadas em sua totalidade ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), a critério da Emissora, mediante Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Amortização Extraordinária (conforme definido na Cláusula 4.12.5 abaixo).

4.12.2. O valor do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme aplicável, devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão; (ii) dos demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso; e (iii) de prêmio incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, de acordo com a tabela abaixo ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total" e "Valor da Amortização Extraordinária") subtraindo do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, sobre o qual incidirá o prêmio, o valor da parcela da amortização programada prevista na Cláusula 4.7 acima, quando o resgate ou amortização for realizado em uma data de amortização programada:

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1889976







Período	Prêmio (%)
Data de Emissão a 12 de abril de 2016	1,19% (um inteiro e dezenove centésimos por cento)
13 de abril de 2016 a 12 de abril de 2017	1,14% (um inteiro e quatorze centésimos por cento)
13 de abril de 2017 a 12 de abril de 2018	1,12% (um inteiro e doze centésimos por cento)
13 de abril de 2018 a 12 de abril de 2019	1,08% (um inteiro e oito centésimos por cento)

4.12.3. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com a ciência do Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.12.4. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão canceladas pela Emissora.

4.12.5. O Resgate Antecipado Facultativo Total ou a Amortização Extraordinária, conforme o caso, deverá ser realizado mediante comunicação pela Emissora à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, sendo que tal comunicação ou aviso, conforme o caso, deverá informar (a) a data do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, (b) menção ao Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total ou o Valor da Amortização Extraordinária, conforme o caso, incluindo o prêmio que incidirá, (c) o procedimento a ser adotado para a realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária, conforme o caso, e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Amortização Extraordinária").

4.12.6. Fica, desde já, certo e ajustado que qualquer Amortização Extraordinária em valor igual ou superior a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures não poderá ser realizada, devendo ser substituída por Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures.



Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

4.12.7. A Emissora poderá, ainda, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, desde que observados os procedimentos a seguir ("Oferta de Resgate Antecipado"):

- (a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência ("Notificação de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (i) o procedimento para o resgate; (ii) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debenturistas; (iii) o valor a ser pago a título de resgate antecipado, incluindo-se o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iv) data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (v) a forma e o prazo de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (vi) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- (b) após a publicação da Notificação de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Notificação de Oferta de Resgate Antecipado. Após esse prazo, a Emissora terá até 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data;
- (c) sem prejuízo ao disposto no item (a) desta Cláusula 4.12.7, a Emissora poderá também realizar a Oferta de Resgate Antecipado no âmbito de uma Assembleia Geral de Debenturistas, desde que esta conte com a presença e aprovação de Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação. Nesse caso, (i) a Emissora deverá fornecer aos Debenturistas, em Assembleia Geral de Debenturistas, todas as informações indicadas nos itens acima, e (ii) a realização da Oferta de Resgate Antecipado não ficará condicionada à publicação da Notificação de Oferta de Resgate Antecipado; e
- (d) o valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures, calculado *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão; (ii) dos demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate; e (iii)



de prêmio incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, caso exista.

4.12.7.1. A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com a ciência do Agente Fiduciário, da realização da Oferta de Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da sua liquidação.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. O Agente Fiduciário, nos termos previstos na presente Cláusula 4.13.1, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios e Multa, se houver, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, na ciência da ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nas Cláusulas 4.13.1.1 e 4.13.1.2.

4.13.1.1 *Eventos de Inadimplemento Automático*: Observados os prazos de cura, quando aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.13.1.1 acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação, judicial ou extrajudicial ("Eventos de Inadimplemento Automático"):

- (a) extinção, insolvência, pedido ou decretação de falência, dissolução e/ou liquidação, pedido de autofalência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou de suas controladas, controladoras e/ou subsidiárias, se aplicável, e/ou qualquer outro evento análogo que venha a ser criado pela legislação falimentar em substituição ou complementação a estes, não elidido, contestado, suspenso e/ou cujo pagamento não tenha sido comprovado pela Emissora no prazo legal, se aplicável;
- (b) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, não sanado em até 1 (um) Dia Útil da respectiva data de vencimento;
- (c) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora contraída junto a instituições financeiras, bem como de qualquer obrigação por ela assumida no âmbito de emissões de valores mobiliários, em ambos os casos, no mercado local ou internacional, em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente em



1889979

276

outras moedas. O valor mencionado acima deverá ser atualizado pela variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IPCA”) a partir da Data de Emissão;

- (d) realização de redução do capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de liquidação da Oferta, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (e) ocorrência de qualquer alteração na composição do controle (conforme definição prevista no artigo 116, caput, alíneas “a” e “b” da Lei das Sociedades por Ações) acionário, direto ou indireto, da Emissora, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, exceto nas alterações na composição do controle acionário realizadas dentro do mesmo grupo econômico da Emissora e desde que o acionista Fábio Soares de Miranda Carvalho (i) mantenha participação mínima, direta ou indireta, de 25% (vinte e cinco por cento) na Emissora, e (ii) não perca quaisquer dos direitos a ele conferidos no acordo, vigente na presente data, que regula os direitos e obrigações dos acionistas da Emissora (“Acordo de Acionistas”).
- (f) ocorrência de cisão, fusão, alienação, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária, incluindo incorporação de ações, envolvendo a Emissora e/ou suas controladas, controladoras e/ou subsidiárias, se aplicável, exceto (i) se previamente autorizado por Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; ou (ii) se tal cisão, fusão, alienação, incorporação ou reorganização societária ocorrer entre (1) controladas, controladoras e/ou subsidiárias da Emissora, ou (2) a Emissora e suas controladas, controladoras e/ou subsidiárias;
- (g) caso os direitos cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures nos termos do Contrato de Garantia tornem-se insuficientes, sejam anulados, considerados nulos, tornem-se inválidos, inexequíveis, de qualquer forma deixem de existir, sejam rescindidos e/ou transferidos, exceto se houver a substituição ou o reforço de tais direitos nos termos do Contrato de Garantia;
- (h) questionamento judicial, pela Emissora, por qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116, caput, alíneas “a” e “b”, da Lei das Sociedades por Ações,

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1889980

286

incluindo fundos de investimento), direta ou indireta, da Emissora ("Controladora") e/ou por qualquer coligada (conforme definição de coligada prevista no artigo 243 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora ("Coligada"), desta Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia e/ou de qualquer dos demais documentos relacionados à Oferta; ou

- (i) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia e/ou de qualquer dos demais documentos relacionados à Oferta Restrita, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação.

4.13.1.2 Eventos de Inadimplemento Não Automático: Observados os prazos de cura, quando aplicáveis, na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.13.1.2 o Agente Fiduciário deverá convocar, assim que ciente, Assembleia Geral de Debenturistas visando a deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão ("Eventos de Inadimplemento Não Automático") e, em conjunto com os Eventos de Inadimplemento Automático, "Eventos de Inadimplemento"):

- (a) ocorrência de legítimo protesto de títulos contra a Emissora em valor agregado, igual ou superior, a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da ciência da respectiva ocorrência (i) o protesto seja cancelado ou sustado ou (ii) seja validamente comprovado pela Emissora que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros. O valor mencionado acima deverá ser atualizado pela variação positiva do IPCA a partir da Data de Emissão;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente da Oferta e das Debêntures, incluindo aquelas previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Garantia, não sanado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento desse descumprimento ou do recebimento da notificação do Agente Fiduciário à Emissora sobre o referido descumprimento, o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (c) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária contraída junto a instituições financeiras, bem como de qualquer obrigação por ela assumida no âmbito de emissões de valores mobiliários, em ambos os casos, no mercado local ou internacional, em valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras

[Assinaturas manuscritas]

[Assinatura]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1889981

29

moedas,. O valor mencionado acima deverá ser atualizado pela variação positiva do IPCA a partir da Data de Emissão;

- (d) caso as declarações feitas pela Emissora nos documentos que instruem a Oferta, incluindo esta Escritura de Emissão, o Contrato de Garantia e/ou qualquer dos demais documentos relacionados à Oferta, de qualquer forma, no curso das análises que instruíram a decisão de investimento, sejam comprovadamente falsas ou enganosas, ou ainda, sejam incorretas ou inconsistentes ou incompletas;
- (e) disposição, transferência, cessão, promessa de cessão, alienação ou constituição de qualquer outro ônus sobre os bens e direitos objetos da Garantia ou permissão ou promessa que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico;
- (f) distribuição de dividendos acima dos dividendos obrigatórios previstos no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos e/ou distribuições de lucros a seus acionistas, caso a Emissora: (i) esteja em mora com qualquer das suas obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Garantia; (ii) não observe os Índices Financeiros (conforme definido abaixo) previstos no item (o) abaixo; e/ou (iii) tenha ocorrido algum Evento de Inadimplemento Fica desde já estabelecido que a Emissora apenas poderá distribuir dividendos acima dos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da lei de Sociedades por Ações, caso esteja plenamente adimplente com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Garantia e caso os Índices Financeiros (conforme definido abaixo) sejam plenamente cumpridos;
- (g) existência de qualquer decisão judicial transitada em julgado certa, líquida e exigível, sentenças arbitrais definitivas ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Emissora em valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas. O valor mencionado acima deverá ser atualizado pela variação positiva do IPCA a partir da Data de Emissão;
- (h) aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



- (i) decisão judicial ou administrativa em qualquer instância de declaração de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão;
- (j) decisão judicial ou administrativa em qualquer instância de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade do Contrato de Garantia e/ou qualquer dos demais documentos relacionados à Oferta (e/ou de qualquer de suas respectivas disposições), exceto se (i) dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da ocorrência de tal evento, a Emissora submeta à aprovação da Assembleia Geral de Debenturistas uma garantia substituta, (ii) referida garantia substituta seja aprovada pelos Debenturistas, e (iii) essa garantia substituta seja validamente constituída e formalizada (inclusive com registros nos cartórios pertinentes) no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas que a aprovou;
- (k) alteração ou modificação do objeto social da Emissora conforme disposto no seu estatuto social vigente na Data de Emissão que possa alterar ou modificar substancialmente as atividades atualmente desenvolvidas pela Emissora, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (l) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência (que, para evitar dúvidas, não inclui locação no curso normal de seus negócios), desapropriação, confisco ou qualquer outra medida e/ou evento que implique na perda de quaisquer de seus ativos (sejam eles fixos ou permanentes) pela Emissora, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, que, conjunta ou individualmente, representem valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas. O valor mencionado acima deverá ser atualizado pela variação positiva do IPCA a partir da Data de Emissão;
- (m) arresto, sequestro ou penhora de bens essenciais para a Emissora que possuam valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, equivalente a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, exceto se tal arresto, sequestro ou penhora estiver sendo questionado de boa-fé pela Emissora nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (n) transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; ou
- (o) não observância, pela Emissora, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices Financeiros"), conforme acompanhados semestralmente pelo Agente Fiduciário a



1889983

partir da Data de Emissão, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, em até 05 (cinco) Dias Úteis após o recebimento da memória de cálculo prevista nas alíneas (a) e (b) do item (i) da Cláusula 5.1 abaixo, nos exercícios indicados na tabela abaixo, sendo a primeira verificação feita com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2015:

- (i) EBITDA / Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0 (dois inteiros);
- (ii) Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos); ou
- (iii) Dívida Líquida / Recebíveis de Cartões menor ou igual a 1,7 (um inteiro e sete décimos), nos meses de dezembro de cada ano, e menor ou igual a 3,0 (três inteiros), nos meses de junho de cada ano.

Para os fins deste item (o):

"Dívida Líquida" significa o montante de Dívida deduzido do saldo em Caixa e Aplicações Financeiras.

"Dívida" significa a soma das dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas jurídicas, incluindo, mas não se limitando as operações mercantis, *leasing* financeiro, empréstimos e financiamentos com terceiros, incluindo os títulos descontados com terceiros com regresso, avais, fianças e garantias fidejussórias prestados pela Emissora em benefício de terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, líquido do saldo a receber e saldos líquidos a pagar decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, bem como operações de securitização de direitos creditórios de titularidade de uma pessoa conforme registradas no balanço de tal pessoa conforme os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Não se considera dívida para o cálculo desse indicador, os saldos acumulados na conta de fornecedores, bem como os parcelamentos de tributos mantidos na Emissora.

"Caixa e Aplicações Financeiras" significa caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata.



1889984

324

“Resultado Financeiro” significa o somatório, relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração, dos juros sobre aplicações financeiras, sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, receitas relacionadas a *hedge*/derivativos.

“EBITDA” significa, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e em bases consolidadas, o somatório (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, outros tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização e (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras e do resultado não operacional.

“Recebíveis de Cartões” significa o somatório do saldo a receber, pela Emissora, decorrente de compras realizadas por seus clientes com utilização de cartão de crédito.

4.13.1.3. Na Assembleia Geral de Debenturistas visando a deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures instalada em primeira convocação, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Não havendo aprovação quanto a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. No caso de Assembleia Geral de Debenturistas instalada em segunda convocação, os Debenturistas poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures por deliberação de titulares que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação

4.13.1.4. Na hipótese (a) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.13.1.3. acima por falta de quórum, após segunda convocação, ou (b) de não ser alcançado o quórum mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures nos termos da Cláusula 4.13.1.3 ou da Cláusula 4.13.1.4 acima, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta com aviso de recebimento à Emissora ou comunicação por correio eletrônico, com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, no



prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

4.13.3. Caso a Emissora não proceda ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, na forma estipulada na Cláusula 4.13.2 acima, serão também acrescidos ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, os Encargos Moratórios e Multa incidentes desde a data da impontualidade no pagamento das obrigações pecuniárias da Emissora, ou da declaração do vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3 acima.

4.13.4. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência do pagamento referido na Cláusula 4.13.2 acima.

Cláusula Quinta - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, bem como nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro (i) cópia de suas demonstrações financeiras auditadas completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (ii) memória de cálculo, elaborada pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (iii) declaração assinada pelos representantes legais da Emissora, na forma de seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o



1889986

34

estatuto social; e (d) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente assegurados;

- (b) dentro de, no máximo, 3 (três) meses contados após o término do 1º (primeiro) semestre relativo a cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro (i) cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao 1º (primeiro) semestre do respectivo exercício social revisadas pelos auditores independentes contratados pela Emissora; (ii) memória de cálculo, elaborada pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (iii) declaração assinada pelos representantes legais da Emissora, na forma de seu estatuto social, atestando (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente assegurados;
 - (c) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 4.13.1 acima em até 1 (um) Dia Útil após o seu conhecimento; e
 - (d) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, possam influir de modo ponderável o interesse dos Debenturistas, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;



(iii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício da Emissora e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício à auditoria, por auditor registrado na CVM, e encaminhar tais informações ao Agente Fiduciário na data da respectiva publicação;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução da CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;

(iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;

(v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;



1889988

369

- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Oferta, nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento, previstos na Cláusula 4.13.1 acima;
- (xi) manter seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xiii) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da Oferta e da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Oferta, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; (c) de registro do Contrato de Garantia no Registro de Títulos e Documentos aplicável; e (d) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriurador Mandatário;
- (xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Oferta e que sejam de responsabilidade legal da Emissora;

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1889989

37

- (xv) não efetuar pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio caso esteja em mora com relação às Debêntures, exceto pelo dividendo obrigatório exigido na Lei das Sociedades por Ações;
- (xvi) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;
- (xvii) manter contratados, durante toda a vigência das Debêntures, às suas expensas, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21), mantendo as Debêntures registradas, durante toda a sua vigência, no CETIP21;
- (xviii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas, sempre que possível, pela Emissora, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xix) manter sempre vigentes as subvenções, alvarás, autorizações e licenças, inclusive ambientais, relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (xx) enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

[Assinaturas manuscritas]

[Assinatura]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1889990

- (xxi) comunicar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre qualquer fato relevante que seja do seu conhecimento e que possa vir a afetar o desempenho financeiro ou operacional da Emissora;
- (xxii) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;
- (xxiii) comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxiv) fazer com que os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Restrita sejam utilizados exclusivamente de acordo com o disposto na Cláusula 3.7;
- (xxv) manter, ou fazer com que sejam mantidas, válidas e regulares as licenças ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao regular funcionamento da Emissora, exceto com relação as licenças ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento venham a ser contestados, pela Emissora, pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (xxvi) cumprir todas as leis, regulamentos, normas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto caso o descumprimento de leis, regulamentos, normas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais venha a ser contestado, pela Emissora, pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (xxvii) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (a) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



1889991

(xxviii) arquivar a ata da AGE na JUCERJA e publicá-la no (a) DOERJ e (b) no jornal Diário Comercial, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;

(xxix) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado;

(xxx) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");

(xxxi) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita ("Comunicação de Encerramento"), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400; e

(xxxii) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (i) revelar informações relativas à Oferta, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (ii) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação.

5.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como agente fiduciário da Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

6.1.1. O Agente Fiduciário declara:

35

TEXT_SP 9658002v2 5043/31

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A
Nire: 33300291792
Protocolo: 0020151224331 - 20/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C596066776EC10CC02CF5A402BE477D21CAE2967F3D50DBA063F484F7D575D5
Arquivamento: ED33000614-000/1



1889992

49

- (i) não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM 28 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) aceitar a obrigação de acompanhar a ciência da ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado descritas na Cláusula 4.13.1 desta Escritura de Emissão;
- (ix) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (x) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (xi) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (xii) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



Data de Emissão; e

- (xiii) verificará, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição da garantia descrita na Cláusula 4.10, bem como sua suficiência e exequibilidade.

6.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

6.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido nesta Cláusula 6.3, caberá à Emissora efetuar-la.

6.3.1. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

6.3.2. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, solicitando sua substituição.

6.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.3.4. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

6.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCERJA, onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.



1889994

6.3.6. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.

6.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

6.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, baseado unicamente nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) verificar a regularidade da constituição da Garantia, bem como do valor dessa garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (k) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 desta Escritura de Emissão, às expensas da Emissora;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;



- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) amortização do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, se aplicável, e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Oferta Restrita, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e demais documentos da Oferta;
- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (x) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Garantia, prestada nos termos da Cláusula 4.10 acima;
- (xi) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos; e
- (xii) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (n) colocar o relatório de que trata o item (m) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;



- (ii) no seu escritório;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder;
- (o) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, a expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, ao Agente Fiduciário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas, nos termos e nos limites previstos nesta Escritura de Emissão;
- (q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas de forma parcial antecipadamente, se for o caso;
- (r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, na forma desta Escritura de Emissão, inclusive com relação à obrigação relativa à observância dos Índices Financeiros, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (t) disponibilizar diariamente aos Debenturistas e aos participantes de mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site www.pentagonotrustee.com.br, o Valor Nominal Unitário



das Debêntures (ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures) e a Remuneração, que serão calculados pela Emissora; e

- (u) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

6.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário), acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (b) executar a Garantia, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora;
- (d) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora.

6.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 6.5 (a) a (d) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 6.5 (e) acima.

6.7. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes.



42

6.7.1. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) de quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda), nas alíquotas vigentes correspondentes ao pagamento.

6.7.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 6.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M (“IGP-M”), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela de que trata a Cláusula 6.7 acima, até as despesas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.7.3. A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando, em nome dos Debenturistas, na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.7.4. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário no estrito exercício da função de Agente Fiduciário, conforme sejam comprovadamente necessárias para o exercício de referida função, tais como, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, *conference calls*, contatos telefônicos, despesas com viagens, alimentação, transporte e estadias, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização, entre outras. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora caso estas tenham sido realizadas em discordância com (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (b) a função fiduciária que lhe é inerente.

6.7.5. Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos (a) a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, o qual será atualizado pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.7.6. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), desde que notificado expressamente pela Emissora, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A
Nire: 33300291792
Protocolo: 0020151224331 - 20/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C596066776EC10CC02CF5A402BE477D21CAE2967F3D50DBA063F484F7D575D5
Arquivamento: ED33000614-000/1



1890000

da totalidade, à Emissora. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo que a contagem de mora ocorrerá a partir da notificação da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

6.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), desde que notificado expressamente pela Emissora, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo que a contagem de mora ocorrerá a partir da notificação da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

6.7.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário comprometem-se a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

6.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

6.8.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e arcadas pela Emissora, mediante a apresentação de cópia da respectiva nota fiscal. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 6.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

6.8.2. Tais despesas a serem pagas pela Emissora incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

6.8.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas



pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

6.8.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 20 (vinte) Dias Úteis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.8.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

6.8.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (a) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (b) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou na Garantia, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.7. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

6.8.8. Na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora ("3ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 15 de março de 2017, em que foram emitidas 70 (setenta) debêntures, perfazendo o montante total de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), na data de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 3ª Emissão da Emissora eram garantidas por cessão fiduciária de parcela dos direitos creditórios de titularidade da Emissora, bem como de parcela dos direitos creditórios da Emissora decorrentes da titularidade de determinada conta vinculada, conforme previsto na escritura de emissão.

Cláusula Sétima - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS



1890002

159

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

7.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

7.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*. Independentemente de quaisquer formalidades relacionadas a convocação e instalação de Assembleias Gerais de Debenturistas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.

7.5. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 7.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.5.1. Não se aplica o *quorum* a que se refere à Cláusula 7.5 acima:

- (a) aos casos em que haja *quorum* expressamente previsto em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (b) às alterações de disposições constantes desta Escritura de Emissão referentes (i) ao *quorum* e às regras aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas; (ii) à Remuneração; (iii) a quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (iv) ao prazo de vigência das Debêntures; (v) à espécie das Debêntures; (vi) à criação de evento de repactuação; (vii) a qualquer Evento de Inadimplemento, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário e (viii) às condições da

A

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



garantia prevista na Cláusula 4.10, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6. Para os fins de cálculo do *quorum* de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significa todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

7.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

Cláusula Oitava - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. Sem prejuízo das demais declarações contidas nesta Escritura de Emissão, a Emissora declara e garante que:

- (a) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as



obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

- (c) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- (e) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, sua celebração e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, incluindo índices financeiros, conforme aplicável, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou decorrentes da celebração desta Escritura de Emissão e da colocação das Debêntures; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) a inscrição desta Escritura de Emissão e da ata da AGE na JUCERJA, (ii) o registro das Debêntures na CETIP, e (iii) o registro do Aditamento ao Contrato de Garantia Original nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- (g) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, nesta data, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (h) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (i) as demonstrações financeiras da Emissora datadas de 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 representam corretamente a posição

52
3

A

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A
Nire: 33300291792
Protocolo: 0020151224331 - 20/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C596066776EC10CC02CF5A402BE477D21CAE2967F3D50DBA063F484F7D575D5
Arquivamento: ED33000614-000/1



1890005

patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;

- (j) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura de Emissão;
- (k) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto com relação aquelas autorizações ou licenças que estejam em processo de regularização ou cuja perda ou cancelamento esteja sendo contestada pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (l) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais descumprimento esteja sendo discutido pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (m) mantém todos seus bens adequadamente segurados, conforme práticas coerentes usualmente adotadas pela Emissora, nos termos de sua política de seguros;
- (n) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (o) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções previstas nesta Escritura de Emissão;
- (p) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias exceto aqueles que estejam sendo contestados de boa-fé pelos

53

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



meios adequados e para os quais a Emissora, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

- (q) cumpre todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança, exceto na medida em que o eventual descumprimento dessas leis e regulamentos estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados;
- (r) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra si, que poderiam, individual ou conjuntamente, afetar a capacidade de pagamento das Debêntures;
- (s) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;
- (t) não omitiu do Coordenador Líder nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que seja relevante para a emissão das Debêntures e a realização da Oferta;
- (u) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas ao Coordenador Líder anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, incluindo, mas sem qualquer limitação, aquelas referentes aos termos e condições do Acordo de Acionistas, são corretas e verdadeiras na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (v) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição; e
- (w) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos, exceto com relação aqueles

54



1890007

protestos contestados, nos prazos e pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé.

Cláusula Nona - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora

Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A.

Rua do Riachuelo, 243 – Bairro de Fátima

20130-011, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

At.: Sr. Haroldo Lorena e Sr. Thiago de Oliveira Nascimento

Tel: + 55 (21) 2132-1298

Fax: + 55 (21) 2508-1936

E-mail: hlorena@casaevideo.com.br / tinascimento@casaevideo.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304

22640-102, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel: + 55 (21) 3385-4565

Fax: + 55 (21) 3385-4046

e-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante:

Itaú Unibanco S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela

04309-010, São Paulo, São Paulo

At.: Luiz Petito

Tel: +55 (11) 2797-4441

e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br



(iv) Para o Escriturador Mandatário:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela
04309-010, São Paulo/SP

At.: Luiz Petito

Tel: + 55 (11) 2797-4441

e-mails: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

56

(vii) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar, CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ

Tel: + 55 (21) 2276-7474

Fax: + 55 (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar, CEP 01452-000 - São Paulo, SP

Tel: + 55 (11) 3111-1596

Fax: + 55 (11) 3115-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

9.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais partes.

[Handwritten signatures and initials]



9.5. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

9.6. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

9.7. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

9.8. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

9.9. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

9.10. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como de seus eventuais aditamentos, dos atos societários relacionados a esta Emissão e do Contrato de Garantia, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

9.11. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.12. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Oferta que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem



transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não decorra da legislação aplicável.

9.13. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

9.14. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, exceto (a) se de outra forma estiver expressamente previsto nesta Escritura de Emissão, ou (b) com relação aos prazos calculados e operacionalizados pela CETIP, os quais incluem o dia do começo e excluem o dia do vencimento.

Cláusula Décima - FORO

10.1. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

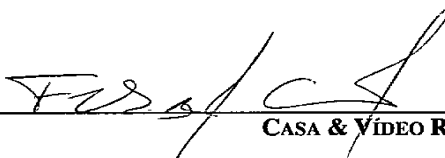
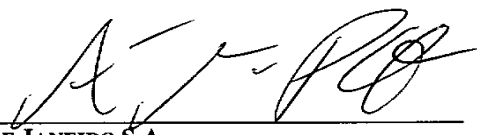
Rio de Janeiro, 10 de abril de 2015.

[remanescente intencionalmente deixado em branco]




1890011

[página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A., celebrado em 10 de abril de 2015.]

  59
CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.

Por: Fábio Soares de Miranda Carvalho Por: André Ferreira Pereira
Cargo: Diretor Presidente Cargo: Diretor de Operações


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A
Nire: 33300291792
Protocolo: 0020151224331 - 20/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C596066776EC10CC02CF5A402BE477D21CAE2967F3D50DBA063F484F7D575D5
Arquivamento: ED33000614-000/1



1890012

[página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A., celebrado em 10 de abril de 2015.]

60
5

Marcelle Santoro

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por:

Cargo:

Marcelle Santoro
Diretora

[Assinaturas]

[Assinatura]

[Assinatura]
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A
Nire: 33300291792
Protocolo: 0020151224331 - 20/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C596066776EC10CC02CF5A402BE477D21CAE2967F3D50DBA063F484F7D575D5
Arquivamento: ED33000614-000/1



1890013

[página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Casa & Vídeo Rio de Janeiro S.A., celebrado em 10 de abril de 2015.]

TESTEMUNHAS:

1. João Roberto Silva Camarero
Nome: João Roberto Silva Camarero
RG: 23839653-3

2. Luciana R. H. da Silva
Nome: Luciana R. H. da Silva
RG: 11332484-2

A B A

B

Bernardo F. S. Berwanger
Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: CASA & VIDEO RIO DE JANEIRO S A
Nire: 33300291792
Protocolo: 0020151224331 - 20/04/2015
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 0C596066776EC10CC02CF5A402BE477D21CAE2967F3D50DBA063F484F7D575D5
Arquivamento: ED33000614-000/1